

EDUCAÇÃO PARA SAÚDE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE DO CURRÍCULO DE UM CURSO DE PEDAGOGIA

Sarah Karyellen Mendonça Lima (Autor/Apresentador)¹ – Unifesspa

sarahkaryellen@hotmail.com

Alice Silau Amoury Neta (Coautor)² - Unifesspa

aliceamoury@outlook.com.br

Ana Cristina Viana Campos (Orientadora)³ - Unifesspa

anacampos@unifesspa.edu.br

Agência Financiadora: CNPq e CAPES

Eixo Temático/Área de Conhecimento: Saúde Coletiva

1. INTRODUÇÃO

No decorrer dos anos, o espaço escolar passou a ser reconhecido como local adequado para realização de práticas voltadas à saúde, condições sanitárias e higiene, tendo como público alvo os escolares na faixa etária de infância e adolescência, sob o principal objetivo de atingir grande parcela da população com idades consideradas ideais para o desenvolvimento de valores, práticas e hábitos relacionados a saúde.

Segundo Collares e Moyses (1985), a inclusão de temas relacionados à saúde humana no ambiente escolar brasileiro teve a sua origem no final do século XIX, a partir de duas grandes vertentes, a primeira referente aos serviços de saúde escolar, que tratava-se da promoção do saneamento no ambiente estudantil e de melhores condições relacionadas a infraestrutura das escolas; e a segunda faz referência à incorporação de conteúdos relacionados à saúde no currículo escolar, ou seja, nessa etapa a saúde passa a ser vista não apenas como meio de intervenção estrutural no espaço, mas também como um objeto de estudo, capaz de promover ensino e aprendizagens significativas aos alunos e professores.

Assim, a saúde do escolar começa a ganhar espaço nas discussões educacionais durante todo o século XX, adotando um enfoque maior aos aspectos relacionados a infraestrutura, regulamentação e orientação nutricional da merenda escolar. A ação da área da saúde nesse ambiente, não se daria mais como uma prescrição de modos de viver, mas sim como uma intervenção direta no modo de ser da escola, como por exemplo a existência da merenda escolar que se torna um atrativo para que crianças desnutridas e de classe baixa procurem as escolas. E a partir dessa perspectiva o objetivo final da escola deixa de ser apenas o processo de ensino-aprendizagem e passa a ser um espaço com ações de caráter assistencialista voltado à saúde das crianças (LIMA, 1985).

Em 1997, o lançamento dos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) trouxe em seu bojo direcionamentos para o desenvolvimento da Educação para Saúde no ambiente da sala de aula, por meio do ensino de forma transversal, aliando-se o ensino de suas temáticas aos conteúdos das disciplinas regulares no decorrer da Educação Básica, tendo como objetivo principal “conscientizar os alunos para o direito à saúde, sensibilizá-los para a busca permanente da compreensão de seus determinantes e capacita-los para a utilização de medidas práticas de promoção, proteção e recuperação da saúde ao seu alcance” (BRASIL, 1997, p. 71).

Atualmente, a Educação para Saúde é abordada como parte inerente ao ensino do componente curricular de Ciências nos anos iniciais do Ensino Fundamental, que compreendem do 1º ao 5º ano, por meio da BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Ao tratar das competências a serem desenvolvidas por meio da aprendizagem dos conteúdos dessa disciplina, os objetivos de número 7 e 8 apresentam relações com a área da Educação para Saúde:

¹Graduanda em Saúde Coletiva - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará; Bolsista PIBIC/CNPq

²Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará; Engenheira de Produção (UEPA); Bolsista CAPES.

³Pós-Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (UFPA); Professora do curso de Saúde Coletiva e no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

7. Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, compreendendo-se na diversidade humana, fazendo-se respeitar e respeitando o outro, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias.

8. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza para tomar decisões frente a questões científico-tecnológicas e socioambientais e a respeito da saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários (BRASIL, 2018, p. 324).

Considerando-se o exposto, o presente estudo tem como objetivo realizar a análise do currículo de um curso de Pedagogia de uma universidade federal situada no Estado do Pará, afim de identificar-se como a formação do professor pedagogo, profissional habilitado para lecionar nos anos iniciais do Ensino Fundamental (MEC, 2018), no contexto paraense favorece a Educação para Saúde nos anos iniciais, uma vez que há previsão de que ela seja realizada no decorrer dessa etapa educacional.

2. MATERIAS E MÉTODOS

O presente estudo adota abordagem qualitativa e trata-se de uma pesquisa documental, uma vez que os dados utilizados para análise encontram-se no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Pedagogia, que constitui-se como um documento institucional (GIL, 2018), disponível para consulta pública no site da Instituição de Ensino Superior (IES) à qual pertence. Assim, realiza-se leitura analítica do material, afim de identificar-se “as informações contidas nas fontes, de forma que essas possibilitem a obtenção de respostas ao problema de pesquisa” (GIL, 2018, p. 55), em seguida procedeu-se com a análise e interpretação dos dados obtidos, por meio da técnica de análise de conteúdo, por se tratar do procedimento analítico mais utilizado quando os documentos referem-se a textos escritos ou transcritos (GIL, 2018).

A análise de conteúdo trata-se de “uma metodologia de tratamento e análise de informações constantes de um documento, sob forma de discursos pronunciados em diferentes linguagens: escritos, orais, linguagens e gestos. Envolve, portanto, a análise do conteúdo das mensagens, os enunciados dos discursos, a busca de significado das mensagens” (SEVERINO, 2016, p. 129). Dessa forma foi investigada na grade curricular do curso formativo a presença do termo “saúde”, como indicativo de relação da disciplina com a área de Educação para Saúde. No entanto, ao considerar-se a abrangência do campo de conhecimento da área, também foram examinadas nomenclaturas disciplinares que pudessem remeter às discussões que favoreçam a promoção de saúde aos escolares, ainda que não apresentem de maneira explícita o termo “saúde”.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil, é competência do Estado, por intermédio das Leis de Diretrizes e Bases (LDBs), a administração do sistema de ensino. Já o Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão constituído por representantes da classe de pedagogos e assessores do Ministério da Educação, responsabiliza-se pela proposição das diretrizes curriculares para os cursos de nível superior do país. Portanto, a LDB e as diretrizes curriculares regulamentam e norteiam, respectivamente, o desenvolvimento do currículo do curso de graduação em Pedagogia (LEONELLO & ABBATE, 2006).

Dessa forma, afim de analisar-se se a formação inicial do professor pedagogo favorece o desenvolvimento do ensino de temáticas em saúde, procedeu-se com a análise do PPC de Pedagogia de uma universidade federal situada no Estado do Pará.

Na Figura 1 é possível visualizar-se a distribuição das disciplinas oferecidas durante o curso de Pedagogia por semestre. A grade curricular é estruturada em um total de 8 semestres, que é constituída por disciplinas teóricas e práticas que são organizadas em obrigatórias, estagiarias e eletivas, obtendo o total de 3.405 horas.

Figura 1 – Grade Curricular do curso de Pedagogia

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO – TURNO DIURNO

1º semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	5º Semestre	6º Semestre	7º Semestre	8º Semestre
Filosofia da educação 60+15	Concepções Filosóficas da Educação 60+15	Planejamento Educacional 60+15	Legislação e Educação Básica 60+15	FTM do Processo de Letramento e Alfabetização 60+15	Conteúdo e Ensino de Matemática 60+15	Núcleo Eletivo I 60+60	Núcleo Eletivo II. 60+60
História Geral da Educação 60+15	Hist. da Educ. do Brasil e da Amazô. 60+15	Currículo: teorias e práticas 60+15	Gestão e Org. do Trab. Pedagógico 60+15	Teorias e Práti. da Ed. Infantil 60+15	Conteúdo e Ensino de Geografia 60+15	TCC I 30+60	TCC II 15+75
Sociologia da Educação 60+15	Sociedade, Estado e Educação. 60+15	Avaliação Educacional 60+15	Políticas Públicas e Educação 60+15	Conteúdo e Ensino da Língua Portuguesa 60+15	Conteúdo e Ensino de Ciências 60+15	Optativa I 60 + 15	Optativa II 60 + 15
Psicologia da Educação 60+15	Des. Psicossocial na Infância e na Adolescência. 60+15	Didática 60+15	Libras 60+15	Fundamentos da Educação Especial 60+15	Conteúdo e Ensino de História 60+15	Educação Indígena e Interculturalidade 60+15	
Antropologia da Educação 60+15	Metodologia da Pesquisa Educacional 60+15	Lab. de Pesq. em Educação I 30+15	Lab de Pesq em Educação II 15+30	Arte, Ludicidade e Educação 60+15	Projeto de TCC 15+30		
Estágio Supervisionado I 60h	Estágio Supervisionado II 60h	Estágio Supervisionado III - 60	Estágio Supervisionado IV 60h	Estágio Supervisionado V 60h	Estágio Supervisionado VI 60h	Estágio Supervisionado VII - 60h	Estágio Supervisionado VIII- 60h
Atividade Independente I - 15h	Atividade Independente II - 15h	Atividade Independente III - 15h	Atividade Independente IV - 15h	Atividade Independente V - 15h	Atividade Independente VI - 15	Atividade Independente VII - 15h	Atividade Independente VIII - 15h

Fonte: UNIFESSPA (2018, p. 71)

Assim, as disciplinas obrigatórias seguem a ideia de apresentar temas com maior nível de relevância na composição do currículo, nas quais necessitam ser frequentadas para a conclusão do curso. Já as eletivas e optativas, que podem ser vistas na Figura 2, estruturam-se de temas diversificados, onde cabe ao aluno a escolha de qual área disciplinar de sua preferência cursar.

Figura 2 – Relação de Disciplinas Eletivas e Optativas do Curso de Pedagogia

Disciplinas do Núcleo Eletivo I e II	Disciplinas Optativas I e II
Núcleo de Estudos em Educação e Deficiência I – NEED I	História da Infância e Educação
Núcleo de Estudos em Educação e Deficiência II – NEED II	
Núcleo de estudos em educação, Tecnologias Informáticas e Comunicacionais I – NETIC I	Inclusão Escolar e o Ensino Colaborativo
Núcleo de Estudos em Educação, Tecnologias Informáticas e Comunicacionais II – NETIC II	
Núcleo de Estudos em Educação e Sexualidade Humana I – NEESH I	Tecnologias Assistivas e Inclusão escolar
Núcleo de Estudos em Educação e Sexualidade Humana II – NEESH II	
Núcleo de Estudos em Arte e Educação I – NEArt I	Investigação-Ação e Pesquisa Educacional
Núcleo de Estudos em Arte e Educação II – NEArt I	Pedagogia Social
Núcleo de Estudos em Relações Interculturais e Educação I – NERIE I .	
Núcleo de Estudos em Relações Interculturais e Educação II – NERIE II .	Direitos Humanos, Diversidade, Cidadania e Educação
Núcleo de Estudos de Educação Infantil e Ludicidade I – BRINQUEDOTECA I	
Núcleo de Estudos da Educação Infantil e Ludicidade II – BRINQUEDOTECA II	Neuropsicologia Aplicada à Educação
Núcleo de Estudos em Educação Ambiental I – NEAm I	Vivências em Educação Especial na perspectiva inclusiva
Núcleo de Estudos em Educação Ambiental II –NEAm II	
Núcleo de Estudos em Relações Étnico-raciais, movimentos sociais e educação I - (N°UMBUNTU)	Práticas de Leitura e Escrita
Núcleo de Estudos em Relações Étnico-raciais, movimentos sociais e educação II - (N°UMBUNTU)	Gênero, Sexualidade e Educação

Fonte: UNIFESSPA (2018)

Ao observar a estrutura e organização do currículo do curso de Pedagogia, iniciou-se então a busca por disciplinas com temas que abordassem a Educação em Saúde de maneira geral, considerando a sua importância a ser discutida no espaço escolar, principalmente nos seus anos iniciais.

As 39 disciplinas obrigatórias analisadas não trazem explicitamente o termo “saúde” em sua denominação, porém existe 2 disciplinas obrigatórias que tratam de forma aproximada sobre questões ligadas

a Educação em Saúde, são elas “Des. Psicossocial na Infância e na Adolescência” e “Conteúdo e Ensino De Ciências”. Já as eletivas e optativas do curso estudado também não abordam disciplinas que carreguem o termo saúde como seu presente título, entretanto há a existência de algumas ementas que auxiliam no desenvolvimento da temática como por exemplo: “Estudos em Educação e Deficiência”, “Estudos em Educação e Sexualidade Humana”, “Estudos em Educação Ambiental”, “Neuropsicologia Aplicada à Educação” e “Gênero, Sexualidade e Educação”. Essas disciplinas apresentam aspectos relacionados a saúde de uma forma sutil, porém como relatado inicialmente o aluno tem o poder de escolher fazer ou não a mesma, deixando o questionamento aberto sobre o fato de os professores estarem conseguindo realmente transmitir ensinamentos relacionados a Educação em Saúde no espaço escolar atual.

Apesar de haver definições de conteúdos específicos que direcionem a abordagem do tema “saúde” na sala de aula, a própria Lei das Diretrizes e Bases (LDB), de 1996, consolida e amplia a participação do poder público no que se refere ao seu dever de assegurar a educação para todos, principalmente no ensino fundamental, colocando esse acesso como fator essencial para a formação de cidadãos (Demo, 1997).

Quando proposto formar cidadãos que conhecem os seus direitos e deveres, a escola também se compromete a fazer a promoção da Educação em Saúde, pelo simples fato de esse assunto ser essencial para a formação de indivíduos conhecedores de seus direitos em relação a saúde.

No entanto, afim de que os direitos dos escolares sejam assegurados torna-se necessário que os currículos dos cursos formativos de professores estejam alinhados às proposições da BNCC, afim de que se torne viável o ensino qualitativo nas salas de aula.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns aspectos precisam ser encarados como desafios para que as escolas se tornem de fato um local de aprendizagem que oferece a todos os alunos condições de compreender os diversos fatores que determinam a sua própria situação saúde e a do ciclo social onde vivem, conseguindo assim se posicionar de forma crítica em relação a essas condições.

No que se refere ao currículo do curso investigado, observa-se que não há disciplinas que apresentem explicitamente a temática da Educação para Saúde na escola em contexto obrigatório, mas de maneira alternativa, ou seja, oferecendo acesso por meio de algumas disciplinas optativas e algumas disciplinas podem favorecer a aquisição de saberes docentes que direcionem os educadores à promoção de saúde nos ambientes escolares. Também é perceptível que a Educação para Saúde se constitui no Ensino de Ciências Naturais, que é uma área ampla, mas não deve ser exclusivamente dedicada a esse tema já que exista a necessidade de diálogo entre diversas áreas de conhecimento para a execução da Educação para Saúde. Dessa forma é considerado de caráter fundamental que o currículo da formação do pedagogo ultrapasse essa ideia fragmentada no campo da Educação para Saúde.

Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular em seus conteúdos, a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, da abordagem de temas abrangentes e contemporâneos que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual. (BRASIL, 2010, p.05).

Concluindo assim que um dos maiores desafios para o desenvolvimento da melhoria de vida da população e da promoção da saúde depende de uma forma comprometida das instâncias governamentais no processo de planejamento e efetivação de políticas públicas ligadas a saúde. Apontando a urgente necessidade de uma articulação entre os responsáveis pelos setores educacionais, a comunidade e a saúde, no sentido de refletir sobre temáticas que fazem relação entre os dois campos, o da educação e da saúde.

REFERÊNCIAS (Conforme ABNT)

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

COLLARES, C. A. L. e MOYSÉS, M. A. A. Educação ou Saúde? Educação X Saúde? Educação e Saúde! Cadernos CEDES. nº15, 1985. p. 07-16.

Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Resolução nº 7/2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília: Ministério da Educação. 2010.

DEMO, P. A nova LDB: ranços e avanços. São Paulo: Papirus, 1997.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa** – 6ª ed., São Paulo: Atlas, 2018.

LEONELLO, V. M.; L'ABBATE, S. Educação em saúde na escola: uma abordagem do currículo e da percepção dos alunos de graduação em Pedagogia. **Interface: Comunicação, Saúde e Educação**, v. 9, n. 18, jan.-jun., 2006.

LIMA, G. Z. Saúde Escolar – perspectivas de desenvolvimento. Cadernos CEDES, nº15, 1985. p. 55-61.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico** – 24ª ed., São Paulo: Cortez, 2016.